

Desenvolvimento Economista do BID, ex-BNDES, afirma que política industrial não significa muito

Falta de crédito e baixa escolaridade atrasam expansão

Economia Brasil

Cristiano Romero
De Washington

O Brasil dispõe hoje das três pré-condições para voltar a crescer a curto prazo: economia aberta, inflação sob controle e taxa de câmbio realista. Para crescer rapidamente, o país padece, porém, de três constrangimentos: a baixa qualidade da mão-de-obra, a escassez de financiamento e as incertezas quanto ao controle das contas públicas nos próximos governos.

A avaliação foi feita por Maurício Mesquita Moreira, ex-economista do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), hoje integrando os quadros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington. Especialista em comércio exterior, no BNDES e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde dava aulas, fez uma série de estudos sobre a mudança do modelo de desenvolvimento ocorrida no Brasil no início dos anos 90, com o fim do regime de substituição de importações e o início do processo de abertura comercial.

No BID, para onde se transferiu sem o apadrinhamento do governo federal, Mesquita trabalha para o departamento de integração econômica. No momento, está finalizando um estudo que começou a fazer quando ainda estava no BNDES sobre as fontes de financiamento das empresas brasileiras. Constatou que, em média, 55% dos investimentos feitos pelas empresas nacionais são financiados com recursos próprios. Em países como a Co-

réia esse percentual é de 22%.

"Este é um claro constrangimento à capacidade das empresas de crescer. As companhias brasileiras são muito reprimidas do ponto de vista financeiro. Não há fonte de financiamento privada de longo prazo e ainda tivemos anos de políticas de estabilização que colocaram os juros na lua", comenta Mesquita. "São empresas enxutas, mas pagam o preço de não poderem crescer."

Essa restrição ao crescimento põe no centro do debate um tema polêmico: deve o governo patrocinar uma política industrial que defina setores e oriente os recursos públicos para determinadas empresas? Ele acha que não.

Na sua opinião, o BNDES, que é a única agência brasileira que oferece crédito de longo prazo, deveria atuar mais fortemente como um Eximbank, ou seja, financiando exportações. No financiamento direto à produção, adverte o economista, o BNDES deve ser o mais neutro possível.

"Se o banco começar a escolher os setores e os empresários, abre-se uma gama de possibilidades de aumentar a corrupção e também de cometer erros. Será que o sujeito que está sentado lá no banco sabe mais do que o empresário que vai aplicar os recursos?", questiona Mesquita.

O temor do economista é óbvio. Recentemente, o BNDES enredou-se no processo de reestruturação societária dos setores petroquímico e siderúrgico, decidindo quem ia vender e comprar os ativos envolvidos na operação. "Fazer isso hoje em dia não só é arriscado, como numa sociedade

democrática é inviável", diz ele.

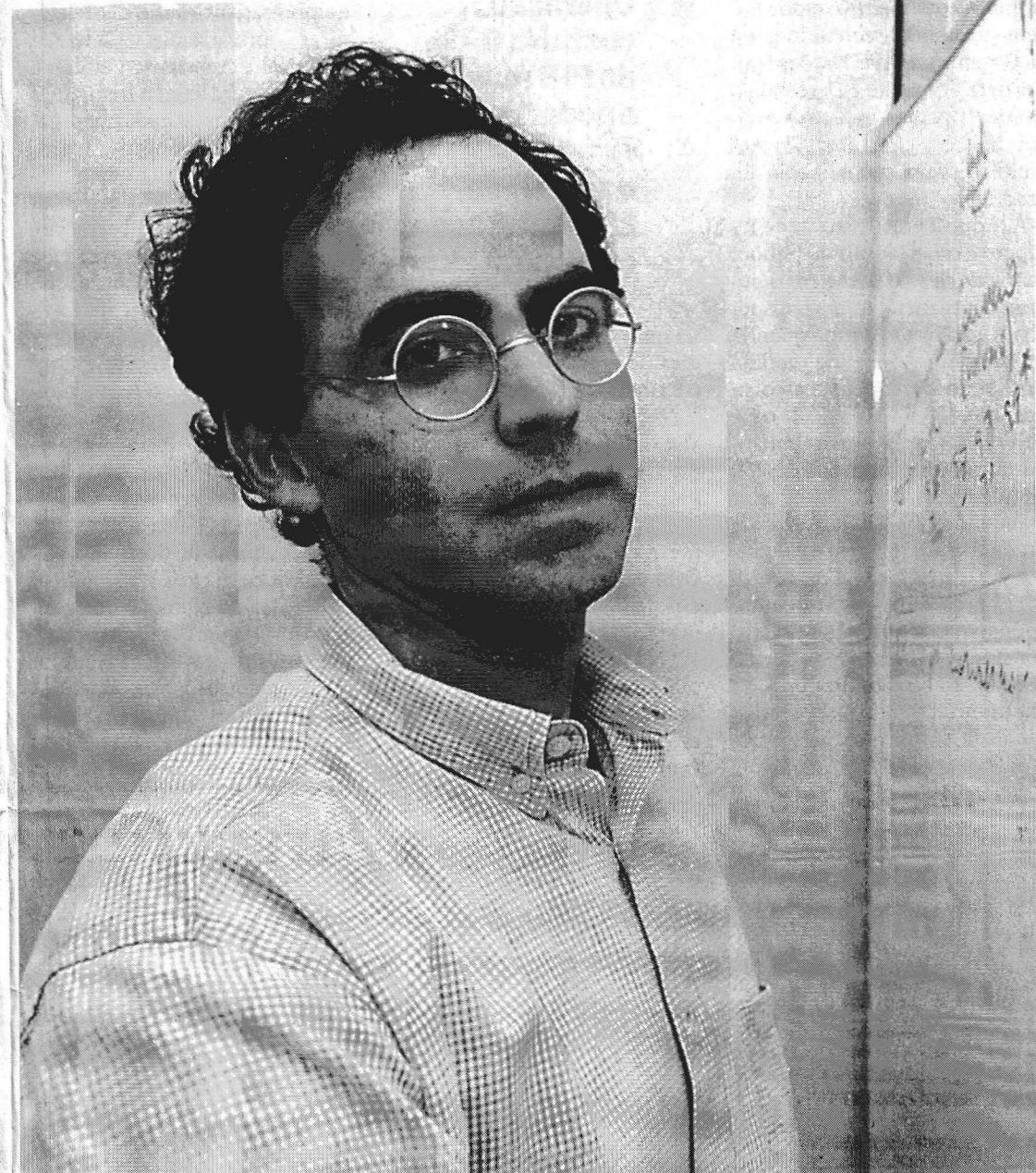
No caso do Eximbank, não há saída: o governo tem que apoiar as empresas, de capital nacional ou estrangeiro, que atuam no país. "Se o país quer se mover em direção aos setores mais intensivos em tecnologia, tem que ter alguma ação do Estado para garantir pelo menos que os empresários locais tenham as mesmas condições de concorrência que têm os seus concorrentes lá fora", observa o especialista.

Mesquita diz que o termo "política industrial" não diz muito. O que se discute, na prática, é se o Estado deve ou não intervir na economia. "Na minha opinião", diz ele, "a intervenção deve ser uma exceção". Além do financiamento à exportação, a prioridade deve ser a educação.

Ao contrário dos que acreditam que o maior constrangimento do Brasil ao crescimento a longo prazo seja o balanço de pagamentos, Mesquita diz que esse problema não é estrutural. Afetairá a economia a curto prazo, impedindo que o país cresça a taxas altas, mas não o impedirá de crescer no futuro, se a dívida externa for bem administrada.

O ideal seria o Brasil dispor de poupança interna, de um mercado de capitais vigoroso, algo que não se constrói rapidamente, dando a cultura inflacionária com a qual o brasileiro conviveu durante décadas. "Se não se pode aumentar a poupança interna rapidamente, a forma de crescer mais rápido é recorrer à poupança externa. Na verdade, os déficits em conta corrente mostram que estamos crescendo além daquilo

Economia Brasil
Reportagem 0160
118



Mesquita: principal restrição do Brasil não é balanço de pagamentos, mas sim o baixo nível de escolaridade

que é permitido pela poupança doméstica. É difícil achar um país em desenvolvimento que se industrializou recentemente que não tenha tido déficits constantes." Para ele, é importante ter uma política de administração do endividamento, como a que o Banco Central vem perseguindo.

A educação seria uma restrição mais séria ao crescimento do Brasil do que o próprio balanço de pagamentos. O que está por trás de sua análise é o fato de ele considerar a produtividade a prerrogativa básica do crescimento a taxas elevadas.

Suas pesquisas mostram que, na década de 90, com a abertura econômica, a produtividade da indústria brasileira cresceu a

uma média de 4,5% a 5% ao ano. No mesmo período, a economia americana registrou produtividade média de 3% ao ano — só recentemente bateu em 5,3%.

Os preços industriais, por sua vez, caíram 40% no Brasil entre 1990 e 1998 e a margem de lucro das indústrias, 24%. "Trocando em miúdos: hoje, faz-se um novo investimento no país a um custo 50% menor do que se fazia há dez anos." Esses ganhos, no entanto, tendem a se esgotar. Para continuar ganhando produtividade, as empresas precisam inovar, melhorar a gerência, dispor de tecnologias avançadas. E isto,

pondera Mesquita, só se faz com capital humano. Nesse quesito, sustenta o economista, o Brasil

está em desvantagem inclusive, em relação aos países vizinhos.

Mesquita diz que há um movimento das empresas nacionais no sentido de se aproximar da fronteira mundial, em termos de tecnologia e produtividade, mas para se manter isso é preciso ter massa crítica que permita as inovações e a redução de custos.

"Fizemos progressos nos últimos anos ao colocar as crianças nas escolas, mas o ensino superior está num estado lastimável. Sem mudar o modelo de gestão das universidades públicas, esse negócio não anda. Dou aula na UFRJ e sei que elas são um monstro que consome uma quantidade de recursos gigantesca e produzem muito pouco", afirma.